



Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo I.P.

SERVIÇO DE ENGENHARIA SANITÁRIA

PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE



Reunião de Saúde Pública

14 de Fevereiro de 2008

Carla Dias Ramos



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

ÍNDICE

1. Enquadramento:

- Regras de Nomeação, Competência e Funcionamento das Entidades que exercem poder de Autoridade de Saúde
- Regime Jurídico de Urbanização e Edificação

2. Competências das Autoridades de Saúde:

Estabelecimentos abrangidos pelo Programa de Vigilância Sanitária de Estabelecimentos

3. Considerações Finais



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.

REGRAS DE NOMEAÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES QUE EXERCEM PODER DE AUTORIDADE DE SAÚDE





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.



Decreto Lei n.º 336/93 de 29 de Setembro

Autoridade de Saúde

Poder de intervenção do Estado na:

- Defesa da saúde pública;
 - Prevenção da doença;
 - Promoção e manutenção da saúde.
- Prevenção dos factores de risco;
 - Controlo de situações susceptíveis de causarem ou acentuarem prejuízos graves à saúde da pessoa ou aglomerados populacionais.
-
- Poderes relativos à sanidade internacional. (art.º 2.º)



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.



Decreto Lei n.º 336/93 de 29 de Setembro

Delegados Concelhios de Saúde

- ⇒ Fazer cumprir as normas de defesa da saúde pública; (b) art.º 8.º)
- ⇒ Levantar autos, instruir processos e aplicar coimas; (c) art.º 8.º)
- ⇒ Participar na vistoria a que se refere o Decreto Lei n.º 445/91 de 20 de Novembro; (d) art.º 8.º)
- ⇒ Dar parecer sobre projectos de instalação ou alteração de estabelecimentos industriais e fiscalizar a sua laboração; (e) art.º 8.º)
- ⇒ Dar parecer sobre os pedidos de licenças sanitárias; (f) art.º 8.º)
- ⇒ Fiscalizar os estabelecimentos susceptíveis de serem insalubres, incómodos ou perigosos, bem como as condições de funcionamento; (g) art.º 8.º)

Revogado



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.



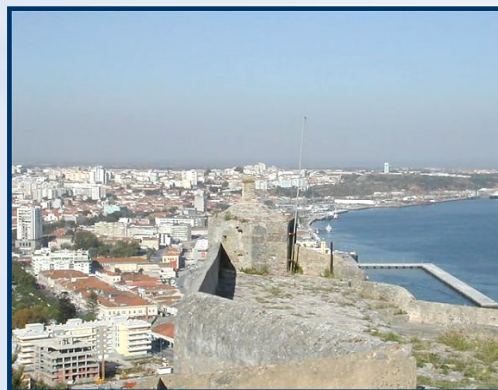
Decreto Lei n.º 336/93 de 29 de Setembro

Delegados Concelhios de Saúde

- ⇒ Determinar a suspensão do trabalho e o encerramento dos respectivos locais, no todo ou em parte; (h) art.º 8.º)
- ⇒ Verificar a observância das disposições legais respeitantes à higiene e saúde dos locais de trabalho; (i) art.º 8.º)
- ⇒ Desencadear acções de prevenção de acidentes e doenças profissionais; (j) art.º 8.º)
- ⇒ Dar parecer sobre o pedido de licenciamento e fiscalizar as instituições e serviços privados prestadores de cuidados de saúde; (o) art.º 8.º)
- ⇒ Exercer a fiscalização sanitária dos géneros alimentícios. (s) art.º 8.º)



REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.

Regime Jurídico de Urbanização e Edificação



Decreto Lei n.º 555/99, de 4 de Junho

Alterado e republicado por:

- Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho
(Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 13-T/2001)
- Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro

↪ **Entra em vigor - 4 de Março de 2008**

Revoga:

- ❖ Decreto Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro
- ❖ Decreto Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro
- ❖ Decreto Lei n.º 83/94, de 14 de Março
- ❖ Decreto Lei n.º 92/95, de 9 de Maio
- ❖ Artigos 9.º, 10.º, 165.º a 168.º do RGEU



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.

Regime Jurídico de Urbanização e Edificação

Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho

- Disposições Preliminares
- Controlo Prévio:
 - ➔ Formas de Procedimento:
 - Disposições Gerais;
 - Informação Prévia;
 - Licença; (**artg.º 19.º**)
 - Autorização;
 - Comunicação Prévia;
 - Procedimentos Especiais.
 - ➔ Condições Especiais de Licenciamento ou Autorização:
 - Utilização de Edifícios ou suas Fracções (**artg.ºs 62.º a 65.º**)

Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro

- Disposições Preliminares
- Controlo Prévio:
 - ➔ Formas de Procedimento:
 - Disposições Gerais;
(**artg.ºs 13.º, 13.º-A e 13.º-B**)
 - Informação Prévia;
 - Licença;
 - Comunicação Prévia;
 - Procedimentos Especiais.
 - ➔ Condições Especiais de Licenciamento ou Comunicação Prévia:
 - Utilização de Edifícios ou suas Fracções (**artg.ºs 62.º a 65.º**)

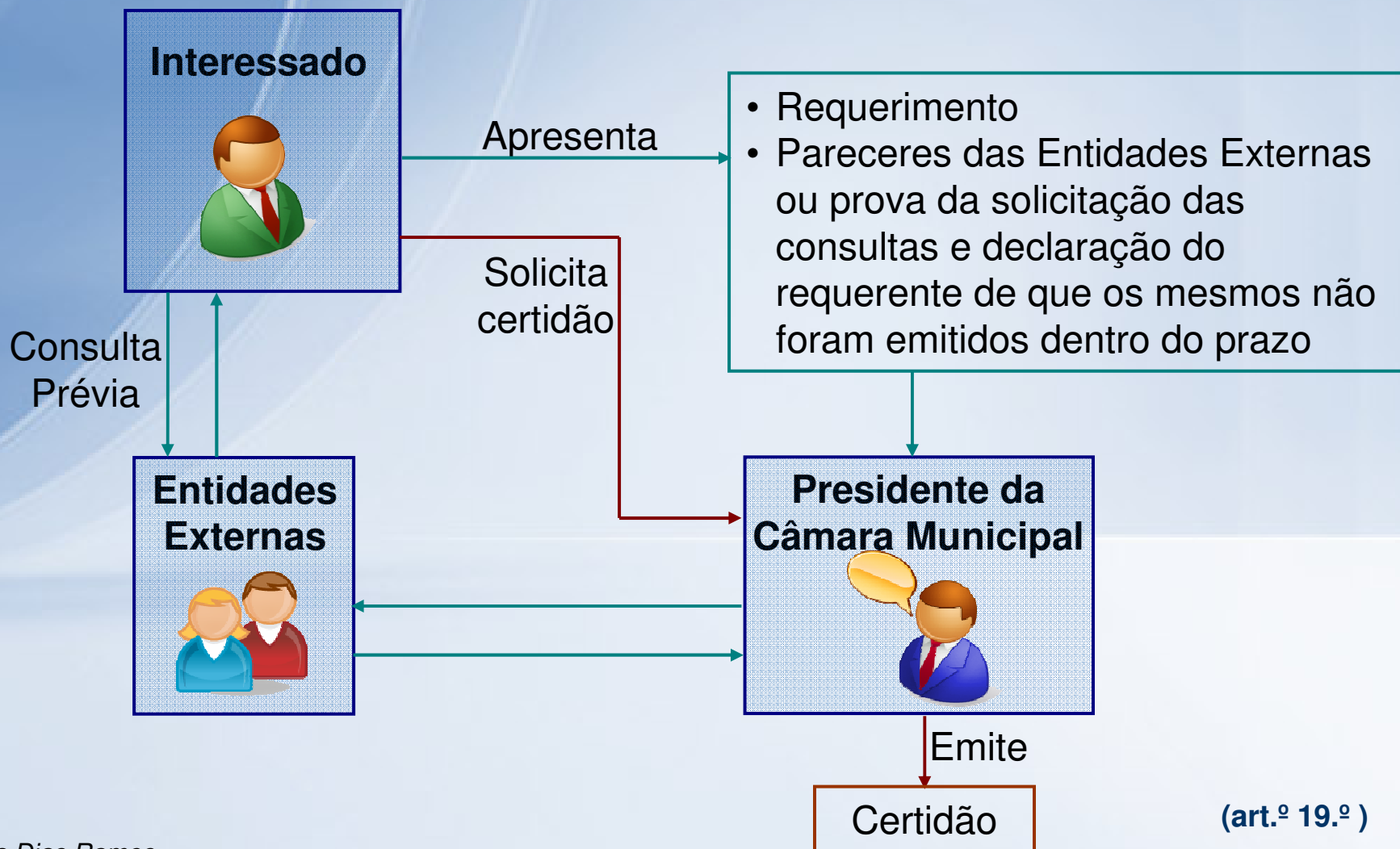


PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.

Consulta a Entidades Externas





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.

Consulta a Entidades Externas

Orientação

A emissão de parecer por parte da autoridade de saúde, enquanto entidade exterior ao município, quer no âmbito do procedimento de informação prévia, quer no âmbito da licença, terá de ser perspectivado à luz do regime sectorial de licenciamento eventualmente aplicável; se tal legislação não previr a emissão de parecer por parte da autoridade de saúde, o mesmo não deverá ser emitido.

Esta orientação não inviabiliza eventuais colaborações acordadas a nível local, entre câmaras e unidades/serviços de saúde pública; nestes casos será perspectivada a cobrança das taxas sanitárias previstas.

www.dgs.pt



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

1.

Concessão da Licença ou Autorização de Utilização (artigo 64.º)

- Não depende de prévia vistoria municipal. (Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho)
- É concedida, no prazo de 10 dias. (Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro)

Realização da Vistoria (artigo 65.º)

Realiza-se no prazo de:

- 30 dias (Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho)
- 15 dias (Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro)

Comissão composta, no mínimo, por três técnicos, a designar pela câmara municipal, dos quais pelo menos dois devem ter habilitação legal para ser autor de projecto, correspondente à obra objecto de vistoria.

Obras de alteração decorrentes da vistoria → Nova vistoria



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



- ▶ Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas
- ▶ Estabelecimentos de Comércio
- ▶ Empreendimentos Turísticos
- ▶ Turismo Rural
- ▶ Turismo da Natureza
- ▶ Espaços de Jogo e Recreio
- ▶ Instalações Desportivas de Uso Público
- ▶ Campos de Férias
- ▶ Estabelecimentos de Apoio Social
- ▶ Unidades Privadas de Saúde



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas



Decreto Lei n.º 234/2007 de 19 de Junho

Revoga:

- ❖ Decreto Lei n.º 168/97 de 4 de Julho e alterações (Excepto artg.º 20.º e seguintes)
- ❖ Decreto Regulamentar n.º 38/97 de 25 de Setembro e alterações (Mantém-se em vigor)

(art.ºs 26.º e 27.º)

Estabelecimentos destinados a prestar, mediante remuneração, serviços de alimentação e de bebidas ou de bebidas e cafetaria, no próprio estabelecimento ou fora dele. (art.º 2.º)

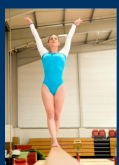




PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



Podem dispor de salas ou espaços destinados a dança.

Fabrico próprio de pastelaria, panificação e gelados.

Venda de produtos alimentares.

Potencia contratada < 50kVA → Regime de Instalação (art.º 2.º)

Locais → catering, oferta de serviços de banquetes ou outros.

→ Regime de Licenciamento

Secções acessórias instaladas em estabelecimentos comerciais.

→ Regime legal para estas actividades (art.º 3.º)

✗ Cantinas, refeitórios e bares de entidades públicas, de empresas e de estabelecimentos de ensino. (art.º 3.º)

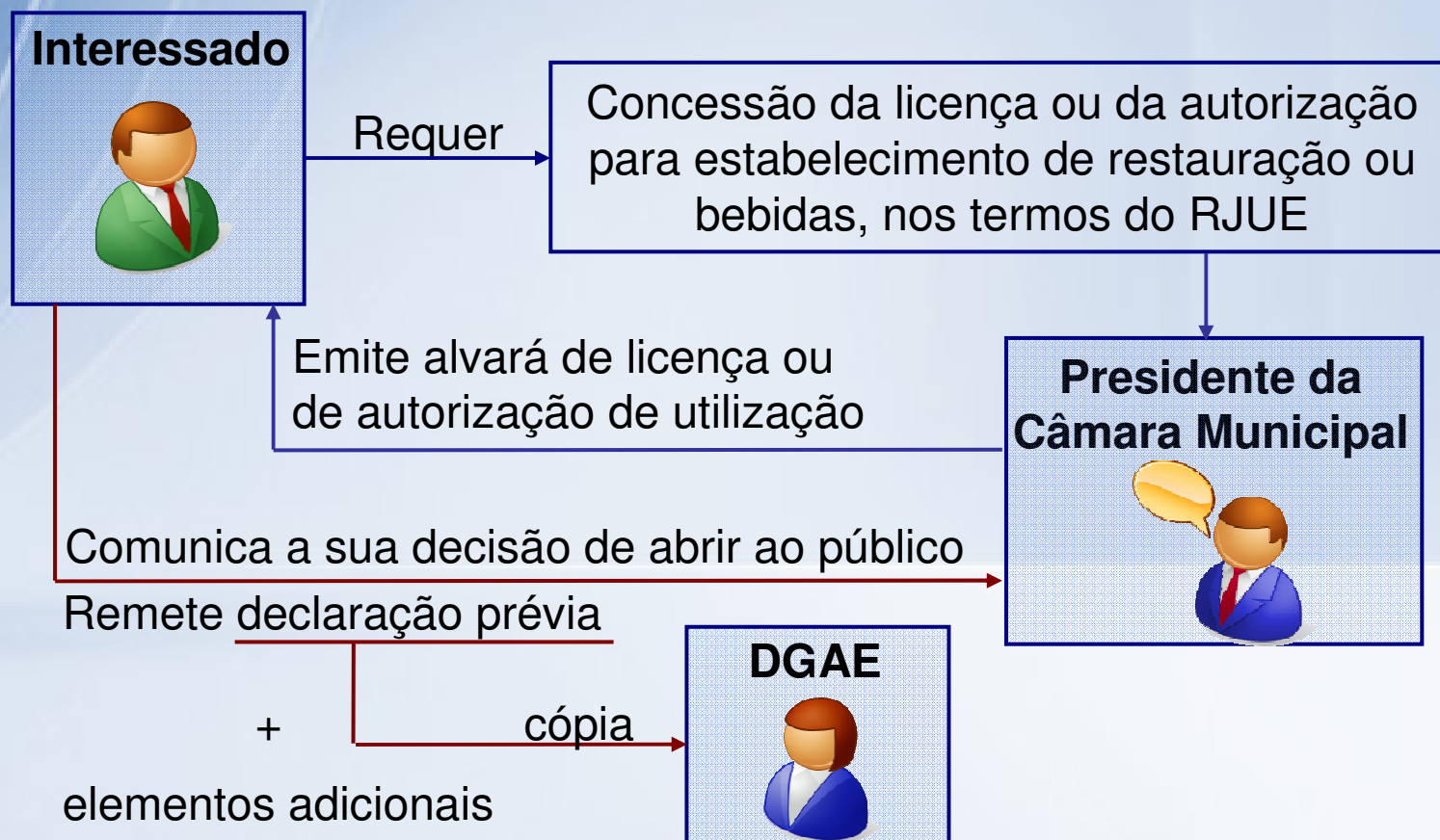


PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

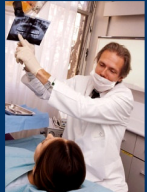
COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Licença ou Autorização de Utilização



(art.º 10.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Parecer para Instalação e Modificação

Cumprimento de normas de higiene e saúde públicas

☛ Decreto Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

Parecer desfavorável ☛ vinculativo.

(art.º 7.º, alínea c))

Fiscalização

Requisitos específicos aplicáveis.

(art.º 20.º)

- Processo de dispensa de requisitos → Parecer no prazo de 15 dias a contar da recepção dos elementos. (art.º 8.º)
- Regime Especial para Serviços de Restauração ou de Bebidas Ocasionais e ou Esporádicos → Vistoria. (art.º 19.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Estabelecimentos de Comércio



Decreto Lei n.º 259/2007 de 17 de Julho

Revoga:

- ❖ Decreto Lei n.º 370/99 de 18 de Setembro e alterações

Excepto nos seguintes casos:

- ♦ Estabelecimentos grossistas de géneros alimentícios de origem animal;
- ♦ Estabelecimentos de alimentos para animais;
- ♦ Clínicas veterinárias.

- ❖ Portaria n.º 33/2000 de 28 de Janeiro

- ❖ Portaria n.º 1061/2000 de 31 de Outubro

(art.ºs 12.º e 13.º)

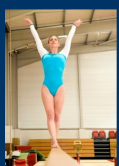




PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



- Comércio por grosso especializado de produtos alimentares
- Comércio por grosso não especializado de prod. alimentares
- Comércio a retalho especializado de produtos alimentares
- Comércio a retalho não especializado de prod alimentares
- Armazéns de produtos alimentares
- Comércio por grosso de produtos não alimentares
- Comércio a retalho de produtos não alimentares
- Prestação de serviços:
 - Oficinas de manutenção e reparação de veículos automóveis;
 - Oficinas de manutenção e reparação de motociclos;
 - Lavandarias e tinturarias;
 - Salões de cabeleireiro;
 - Institutos de beleza;
 - Colocação de piercings e tatuagens;
 - Ginásios (health clubs);
 - Centros de bronzamento artificial.

(Anexo da Portaria n.º 791/2007 de 23 de Julho)



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

☞ Comércio
a retalho



- Fabrico próprio de:
 - pastelaria,
 - panificação,
 - gelados.
 - Restauração e bebidas.
- } Tipo 4 - DR n.º 8/2003, de 11 de Abril
Portaria n.º 464/2003, de 6 de Junho

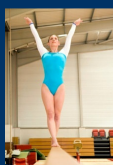


Instalação e
modificação



Regime legal
deste diploma

(art.º 2.º)



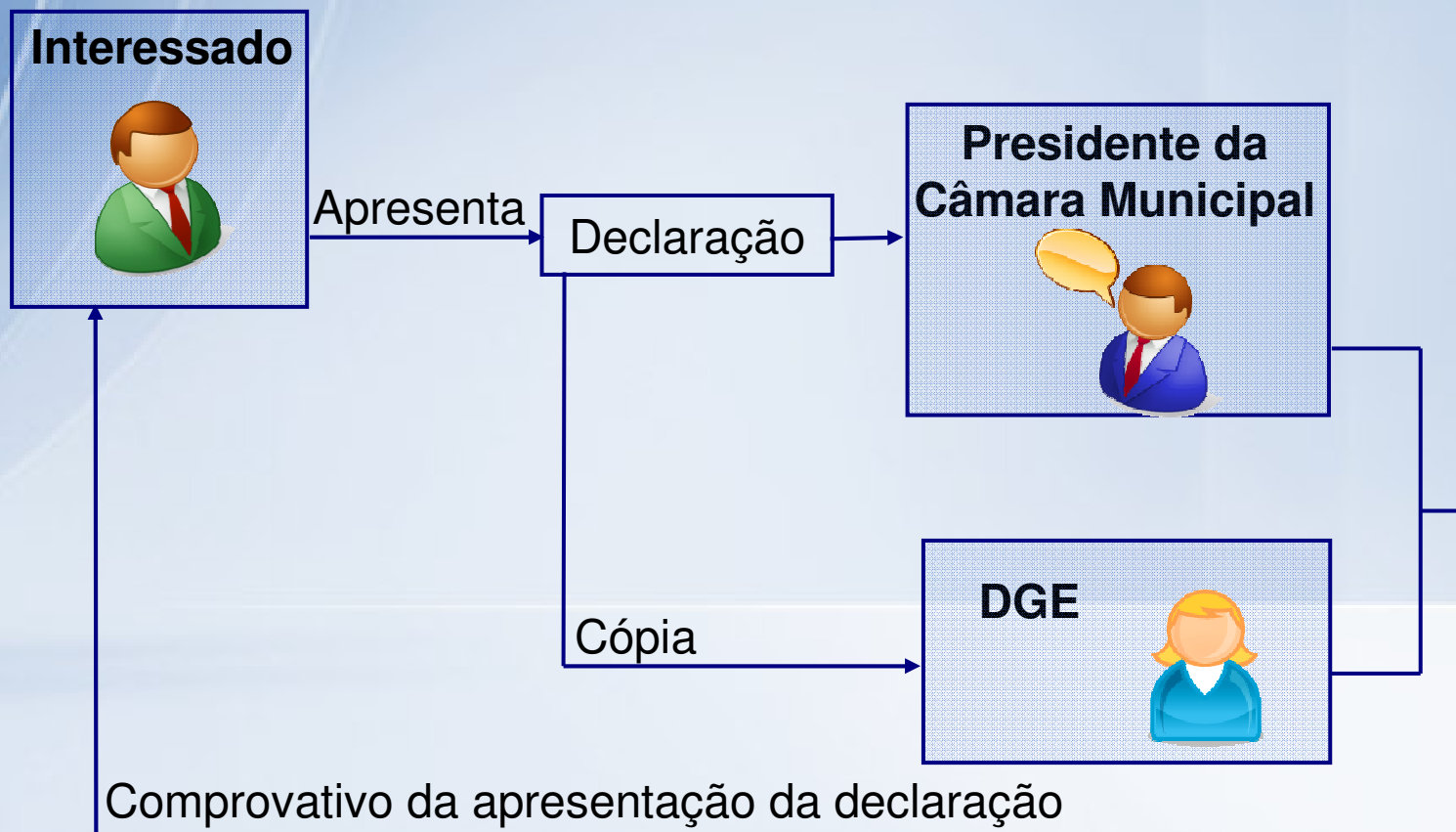


PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

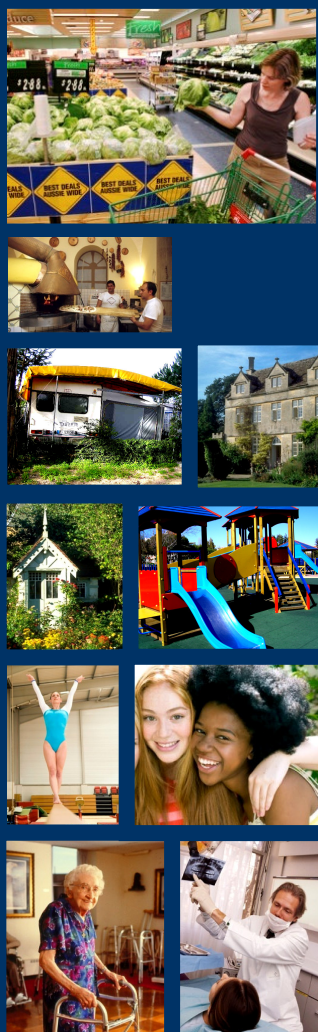
COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Instalação e Modificação



(art.º 4.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

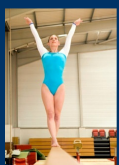
2.

Competências

Fiscalização

↪ Defesa da saúde pública ➡ Decreto Lei n.º 336/93 de 29 de Setembro.

(art.º 8.º, n.º1)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Empreendimentos Turísticos



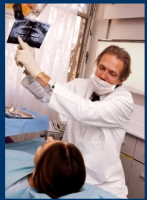
Decreto Lei n.º 167/97 de 4 de Julho

Alterado por:

- Decreto Lei n.º 305/99 de 6 de Agosto
- Decreto Lei n.º 55/2002 de 11 de Março
- Decreto Lei n.º 217/2006 de 31 de Outubro
(Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 84/2006 de 27 de Dezembro)

Revogações:

(art.º 81.º do Decreto Lei n.º 167/97 de 4 de Julho,
republicado pelo Decreto Lei n.º 55/2002 de 11 de Março)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



Estabelecimentos hoteleiros

Serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições.



Meios complementares de alojamento turístico

Alojamento temporário com ou sem serviços acessórios e de apoio.



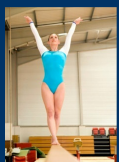
Parques de campismo públicos e privados

Instalados em terrenos delimitados e dotados de estruturas que permitam a instalação de tendas, reboques, caravanas e demais material e equipamento necessários.



Conjuntos turísticos

Núcleos de instalações que integrem um ou vários estabelecimentos hoteleiros ou meios complementares de alojamento turístico, estabelecimentos de restauração ou de bebidas e pelo menos um estabelecimento com interesse para o turismo.



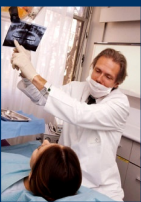
(art.ºs 2.º, 3.º, 4.º e 6.º)



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



Disposições relativas à instalação e ao funcionamento dos empreendimentos turísticos



Estabelecimentos de restauração e de bebidas integrantes, excepto os referidos no n.º 4, art.º 1.º do Decreto Lei n.º 168/97 de 4 de Julho



(art.º 5.º)

Pedido de informação prévia - Instalação de conjunto turístico



Totalidade dos estabelecimentos e empreendimentos integrantes

Operações urbanísticas referentes a cada estabelecimento ou empreendimento integrado num conjunto turístico



Totalidade dos estabelecimentos e empreendimentos integrantes

(art.º 6.º)



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Licença ou Autorização de Utilização

Interessado

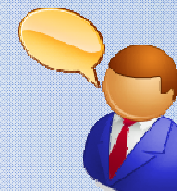


Requer

Concessão de licença ou
autorização de utilização turística

Concede a licença ou de
autorização de utilização

**Presidente da
Câmara Municipal**



Convoca para
vistoria

Requer a
emissão

Alvará que titula a
licença ou autorização
de utilização turística

Concede alvará

Comunica a sua intenção de abrir ao público
Remete Comunicação + elementos adicionais

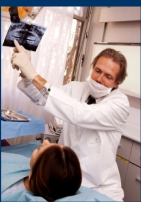
Auto de vistoria
favorável

**Entidades
Externas**



Concede alvará

(art.ºs 25.º, 26.º, 27.º, 28.º e 29.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Parecer para emissão de licença ou autorização de operações urbanísticas

Cumprimento de normas de higiene e saúde públicas

☛ Decreto Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

Parecer desfavorável ☛ vinculativo.

(art.º 20.º)

Vistoria para emissão de licença ou autorização da utilização

Observância das normas relativas às condições sanitárias

Auto de vistoria desfavorável ☛ vinculativo.

(art.ºs 25.º e 26.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Exploração - Estado das Instalações e do Equipamento

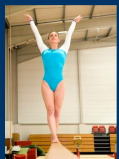
Requisitos da instalação e do funcionamento relativos à higiene e saúde pública.

(art.º 52.º, n.º 3)

Fiscalização

Decreto Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

(art.º 58.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Turismo Rural



Decreto Lei n.º 54/2002 de 11 de Março

Revoga:

- ❖ Decreto Lei n.º 169/97 de 4 de Julho
- ❖ Decreto Regulamentar n.º 37/97 de 25 de Setembro

(art.º 77.º)

Conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais. (art.º 1.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



Turismo de habitação	Prestado a turistas em casas particulares.
Turismo Rural	Prestado a turistas em casas rústicas particulares.
Agro-turismo	Prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas.
Turismo de Aldeia	Conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia.
Casas de Campo	Casas particulares situadas em zonas rurais.
Hotéis Rurais	Estabelecimentos hoteleiros situados em zonas rurais.
Parques de Campismo Rurais	Terrenos destinados à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m ² .

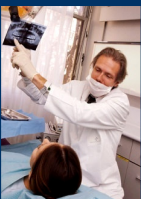
(art.ºs 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10.º)



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



👉 Instalação dos Hotéis Rurais



Normas do Decreto Lei n.º 167/97 de 4 de Julho

👉 Parques de Campismo Rurais



Regime Jurídico previsto no Decreto Lei n.º 192/82 de 19 de Maio

(art.º 16.º)

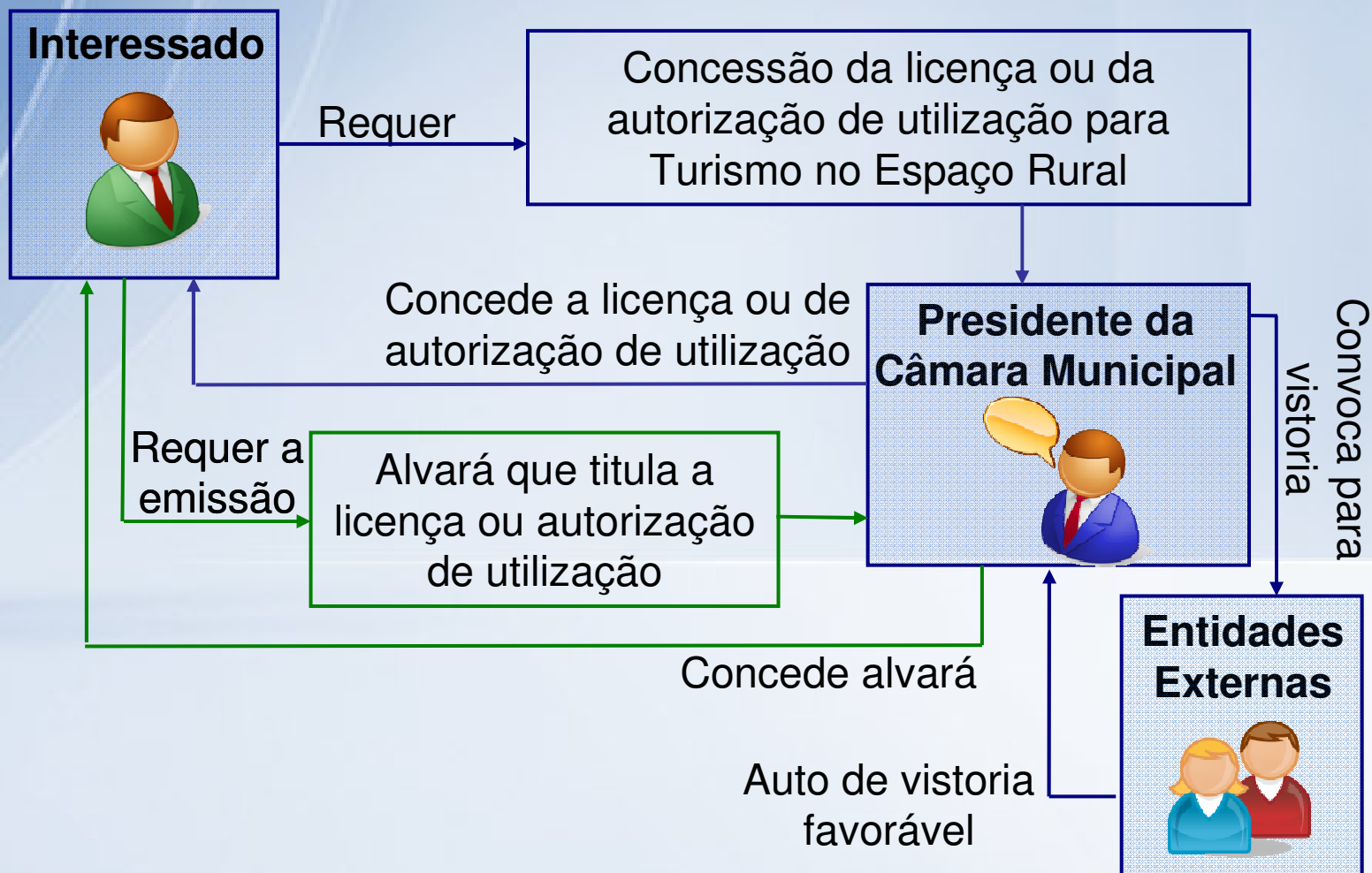


PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Licença ou Autorização de Utilização



(art.ºs 29.º, 30.º e 31.º)



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Vistoria para emissão de licença ou autorização de utilização

Observância das normas relativas às condições sanitárias

Parecer desfavorável ➡ vinculativo.

(art.ºs 29.º e 30.º)

Exploração - Estado das Instalações e do Equipamento

Requisitos da instalação e do funcionamento relativos à
higiene e saúde pública.

(art.º 48.º, n.º 3)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Fiscalização

Decreto Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

(art.º 58.º)

Interdição de Utilização

Decreto Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

(art.º 67.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Turismo da Natureza



Decreto Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro

Alterado por:

❖ Decreto Lei n.º 56/2002 de 11 de Março

Produto turístico, composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas. (art.º 1.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Casas e empreendimentos turísticos de turismo no espaço rural

Casas de Natureza	Casas-abrigo	Serviço de hospedagem prestado em casas recuperadas .
	Centros de acolhimento	Casas, que permitam o alojamento de grupos, com vista à educação ambiental, visitas de estudo e de carácter científico.
	Casas-retiro	Casas recuperadas, a partir de construções rurais tradicionais ou de arquitectura tipificada.
Actividades de Animação Ambiental	Animação	Conjunto de actividades que se traduzam na ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes.
	Interpretação ambiental	Toda a actividade que permite ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a área protegida.
	Desporto de natureza	Actividades que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



Casas e
Empreendimentos de
Turismo no espaço
Rural



Decreto-Lei n.º 169/97
de 4 de Julho



(art.º 14.º)



Licença ou Autorização de Utilização

Turismo Rural



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Vistoria para emissão de licença ou autorização de utilização para Casas de Natureza

Observância das normas relativas às condições sanitárias
Parecer desfavorável ➡ vinculativo.

(art.ºs 25.º e 26.º)

Exploração - Estado das Instalações e do Equipamento

Requisitos da instalação e do funcionamento relativos à
higiene e saúde pública.

(art.º 45.º, n.º 3)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Fiscalização

Decreto Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

(art.º 53.º)

Interdição de Utilização

Decreto Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

(art.º 63.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Espaços de Jogo e Recreio



Decreto Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro

Espaço de jogo e recreio – Área destinada à actividade lúdica das crianças, delimitada física ou funcionalmente, em que a actividade motora assume especial relevância.

Equipamento de espaço de jogo e recreio - Materiais e estruturas, destinados a espaços de jogo e recreio, com os quais ou nos quais as crianças possam brincar.

Superfície de impacto - Superfície na qual deve ocorrer o impacto do utilizador do equipamento e que possui propriedades de absorção do choque produzido pelo impacto.

(art.º 3.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Inspecção

Decreto Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro

(art.ºs 36.º e 37.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Instalações Desportivas de Uso Público



Decreto Lei n.º 317/97 de 25 de Novembro

Espaços de acesso público organizados para a prática de actividades desportivas, constituídos por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviços anexos e complementares.

(art.º 2.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



Instalações desportivas de base recreativas

Destinam-se a actividades desportivas com carácter informal.



Instalações desportivas de base formativas

Infra-estruturas concebidas e organizadas para a educação desportiva de base e para as actividades propedêuticas que garantam o acesso a níveis de actividade desportiva especializada.



Instalações desportivas especializadas

Instalações concebidas e organizadas para actividades desportivas monodisciplinares.



Instalações especiais para o espectáculo desportivo

Instalações concebidas e vocacionadas para a realização de manifestações desportivas integrando a componente espectáculo.





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



- ✗ Instalações desportivas exclusivamente para uso familiar e integradas em unidade de habitação unifamiliar.
- ✗ Instalações desportivas que, destinando-se a uso exclusivo dos seus membros, estejam integradas em:
 - a) Quartéis e recintos militares;
 - b) Recintos para uso das forças de segurança pública;
 - c) Estabelecimentos prisionais.
- ✗ Espaços naturais de recreio e desporto, ou seja, aos locais com condições naturais para a realização de certas actividades recreativas e desportivas sem que se imponha a sua especial adaptação ou arranjo material.
- ✗ Recintos com diversões aquáticas, regulados pelo Decreto Lei n.º 65/97 de 31 de Março.

(art.º 1.º)

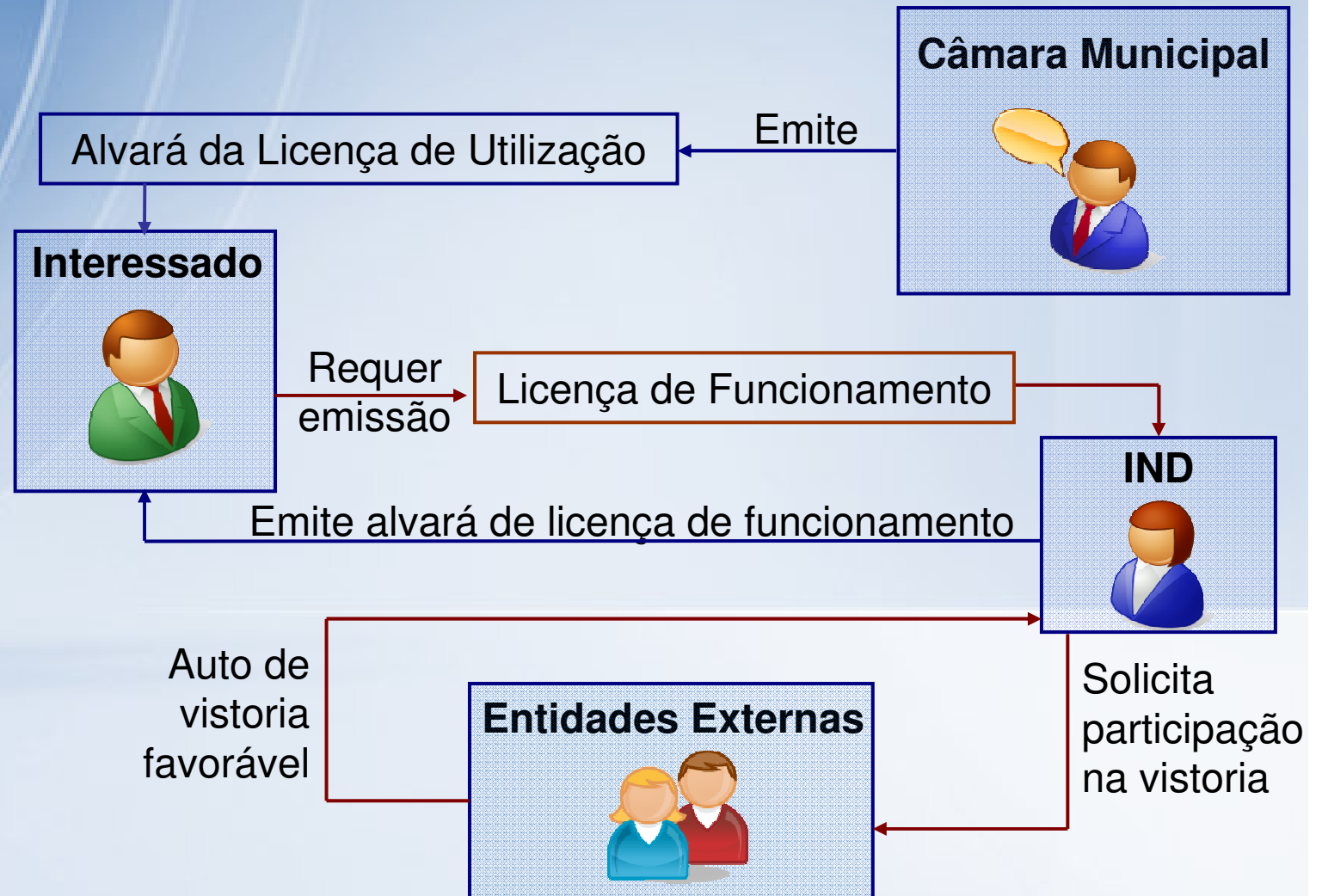


PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Licença de Funcionamento





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Vistoria para emissão de licença de funcionamento

(art.º 15.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Campos de Férias



Decreto Lei n.º 304/2003 de 9 de Dezembro

Alterado por:

- Decreto Lei n.º 109/2005 de 8 de Julho

Iniciativas destinadas exclusivamente a grupos de crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, cuja finalidade compreenda a realização, durante um período de tempo determinado, de um programa organizado de carácter educativo, cultural, desportivo ou meramente recreativo.

(art.º 2.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



✗ Actividades de tempos livres que se inserem no prolongamento do período normal diário da actividade escolar.



✗ Actividades de competição desportiva organizadas pelos clubes, associações e federações das respectivas modalidades.



✗ Actividades das associações escutistas e guidistas desenvolvidas para os seus membros ou para membros de outras associações escutistas e guidistas.



✗ As iniciativas previstas nos campos de férias, sempre que incluídas num programa com duração inferior a três dias consecutivos.



(art.º 3.º)

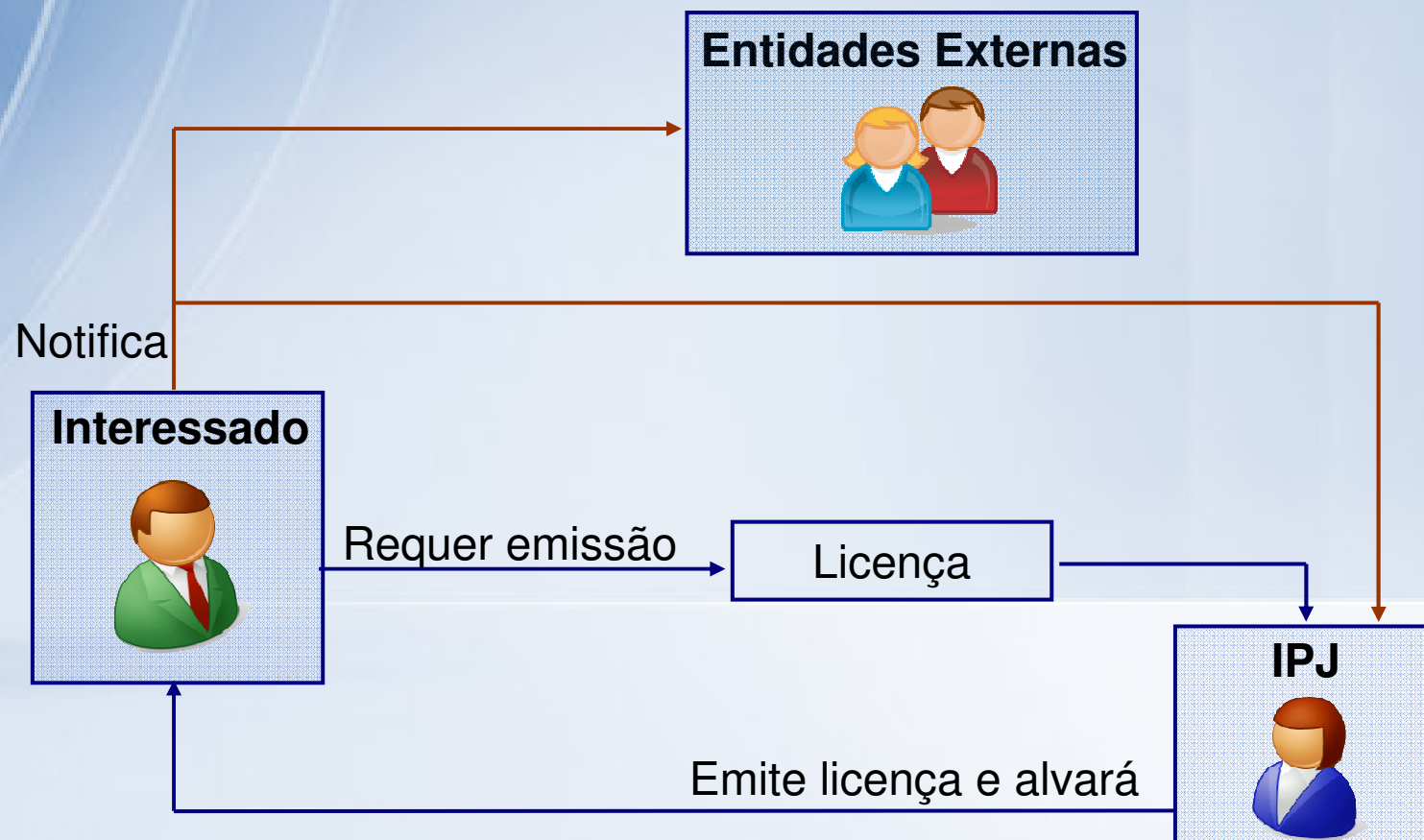


PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Licença de Funcionamento



(art.ºs 6.º, 7.º e 16.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Fiscalização

Situações susceptíveis de comprometer a saúde.

(art.º 24.º)

Instalações

Verificação da existência das condições mínimas de higiene, salubridade e segurança.

(art.º 29.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Estabelecimentos de Apoio Social



Decreto Lei n.º 64/2007 de 14 de Março

Revoga:

- ❖ Decreto Lei n.º 133-A/97 de 30 de Maio
Com excepção do artigo 45.º

(art.º 47.º)

Estabelecimentos em que sejam prestados serviços de apoio às pessoas e às famílias, que prossigam os seguintes objectivos do sistema de acção social:

- A prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência e de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;
- A integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades;
- A especial protecção aos grupos mais vulneráveis. (art.º 3.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



- Sociedades ou empresários em nome individual.
- Instituições particulares de solidariedade social ou instituições legalmente equiparadas.
- Entidades privadas que desenvolvam actividades de apoio social.

(art.º 2.º)

✗ Organismos da Administração Pública, central, regional e local, e aos estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

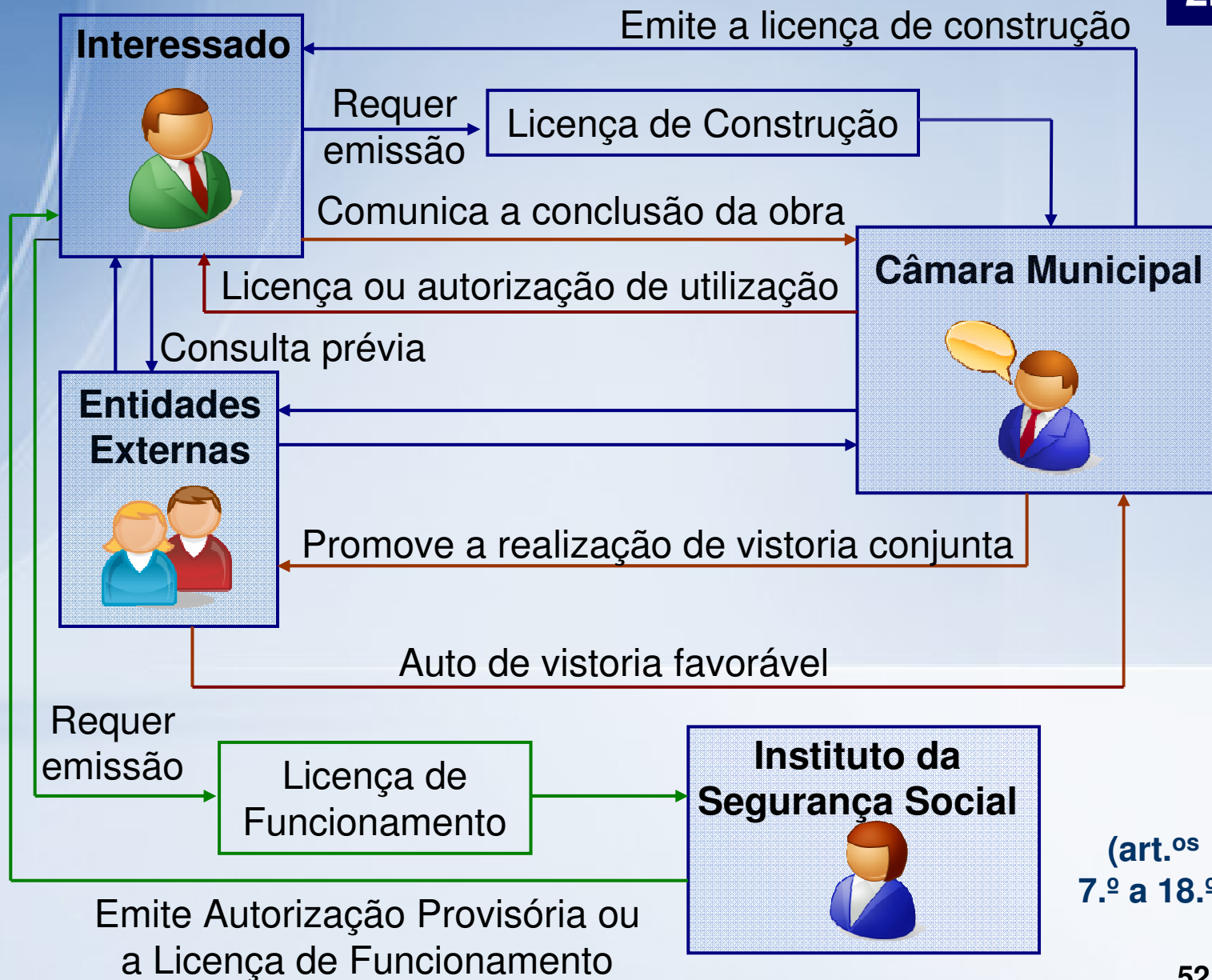
(art.º 2.º)



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.



(art.ºs
7.º a 18.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Competências

Parecer para emissão de licença de construção

Verificação do cumprimento das normas de higiene e saúde.

Parecer desfavorável ➡ vinculativo.

(art.ºs 7.º e 8.º)

Vistoria para emissão de licença ou autorização de utilização

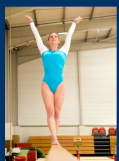
Observância das normas relativas às condições sanitárias

(art. 9.º)

Fiscalização

Condições de salubridade e hígio-sanitárias.

(art.º 33.º)





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

Unidades Privadas de Saúde



Decreto Lei n.º 13/93 de 15 de Janeiro

Revoga:

- ❖ Decreto Lei n.º 47 663 de 29 de Abril de 1967
- ❖ A alínea e) de n.º 1 do artigo 37.º e a alínea d) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 413/71 de 27 de Setembro
- ❖ A alínea j) do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 351/72 de 8 de Setembro

Estabelecimentos não integrados no Serviço Nacional de Saúde que tenham por objecto a prestação de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem, com internamento ou sala de recobro.

(art.º 1.º)

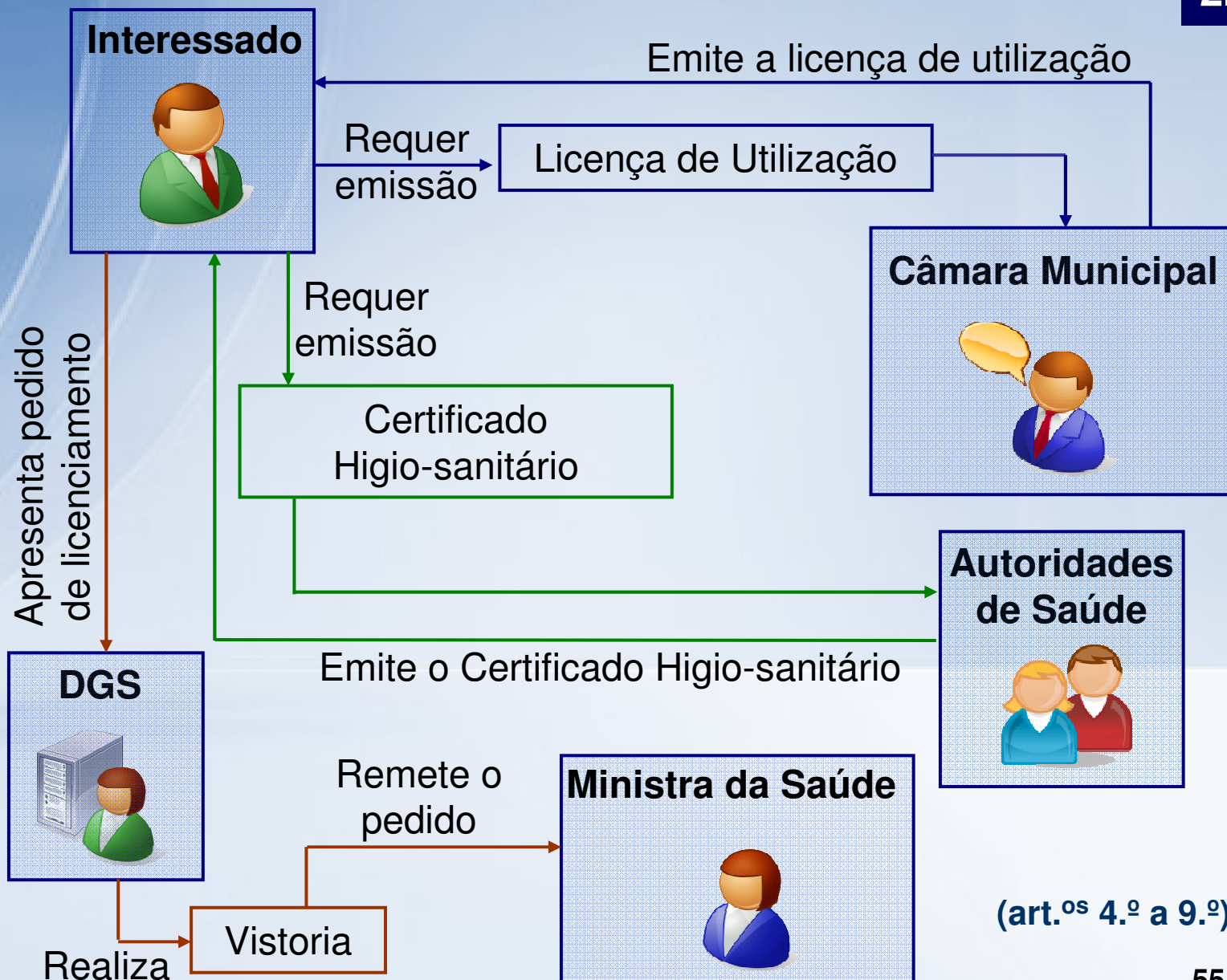




PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.





PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

2.

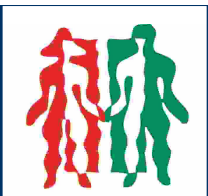
Competências

Emissão de Certificado Higio-Sanitário

Atestar as condições higio-sanitárias da unidade.

(art.º 6.º)





CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Autoridades
de Saúde**



Competências previstas no
Decreto Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

- ⇒ RJUE – Não menciona a intervenção das autoridades de saúde.
- ⇒ Intervenção das autoridades de saúde – Orientação.



*Regime Sectorial de Licenciamento
eventualmente aplicável*



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.

Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas



Licenciamento			
Regime	Fases	Obrigatoriedade de Participação da Autoridade de Saúde	
Declaração Prévia Art 6.º, n.º 2 e RJUE	Parecer no âmbito da instalação e modificação	Tem	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo 7.º, alínea c) do Decreto Lei n.º 243/2007 de 19 de Junho; • Artigo 19.º do Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho; • Artigos 13.º e 13.º-B da Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro.
	Vistoria para emissão de licença ou autorização de utilização	Não tem	<ul style="list-style-type: none"> • Preâmbulo do Decreto Lei n.º 243/2007 de 19 de Junho; • Artigos 62.º a 65.º do Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho; • Artigos 62.º a 65.º da Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro.
	Fiscalização	Tem	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo 20.º do Decreto Lei n.º 243/2007 de 19 de Junho.

Fonte: Decreto Lei n.º 243/2007 de 19 de Junho



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.

Estabelecimentos de Comércio



Licenciamento			
Regime	Fases	Obrigatoriedade de Participação da Autoridade de Saúde	
Declaração Prévia Artg.º 4.º e RJUE	Parecer no âmbito da instalação e modificação	Não tem	
	Vistoria para emissão de licença ou autorização de utilização	Não tem	•Preâmbulo do Decreto Lei n.º 259/2007 de 17 de Julho.
	Fiscalização	Tem	•Artigo 8.º, n.º 1 do Decreto Lei n.º 259/2007 de 17 de Julho.

Fonte: Decreto Lei n.º 259/2007 de 17 de Julho



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.

Empreendimentos Turísticos



Licenciamento			
Regime	Fases	Obrigatoriedade de Participação da Autoridade de Saúde	
RJUE Art. 10.º, n.º 1	Parecer para emissão de licença ou autorização de operações urbanísticas	Tem	<ul style="list-style-type: none"> •Artigo 20.º do Decreto Lei n.º 167/97 de 4 de Julho; •Artigo 19.º do Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho; •Artigos 13.º e 13.º-B da Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro.
	Vistoria para emissão de licença ou autorização da utilização	Tem	<ul style="list-style-type: none"> •Artigos 25.º e 26.º, n.º 2, alínea b) do Decreto Lei n.º 167/97 de 4 de Julho •Artigo 64.º, n.º 2 do Decreto Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho; •Artigo 64.º, n.º 2 da Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro.
	Fiscalização	Tem	<ul style="list-style-type: none"> •Artigo 58.º, n.º 1, alíneas a) e c) do Decreto Lei n.º 167/97 de 4 de Julho.

Fonte: Decreto Lei n.º 167/97 de 4 de Julho



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.

Turismo Rural



Licenciamento			
Regime	Fases	Obrigatoriedade de Participação da Autoridade de Saúde	
RJUE Art.º 16.º, n.º 1	Parecer para emissão de licença ou autorização de operações urbanísticas	Não tem	
	Vistoria para emissão de licença ou autorização de utilização	Tem	•Artigos 29.º e 30.º, n.º 2, alínea b) do Decreto Lei n.º 54/2002 de 11 de Março.
	Fiscalização	Tem	•Artigo 58.º, n.º 1, alíneas a) e c) do Decreto Lei n.º 54/2002 de 11 de Março.

Fonte: Decreto Lei n.º 54/2002 de 11 de Março



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.



Turismo da Natureza

Licenciamento			
Regime	Fases	Obrigatoriedade de Participação da Autoridade de Saúde	
Previsto no RJUE Art. 14.º, n.º 2	Parecer para emissão de licença ou autorização de operações urbanísticas	Não tem	
	Vistoria para emissão de licença ou autorização de utilização – Casas de Natureza	Tem	• Artigos 25.º e 26.º, n.º 2, alínea b) do Decreto Lei n.º 56/2002 de 11 de Março.
	Fiscalização	Tem	• Artigo 53.º, n.º 1, alíneas a) e c) do Decreto Lei n.º 56/2002 de 11 de Março.

Fonte: Decreto-Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.

Espaços de Jogo e Recreio



Inspecção

Decreto Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro

(art.ºs 36.º e 37.º)

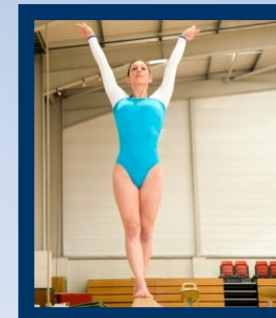


PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

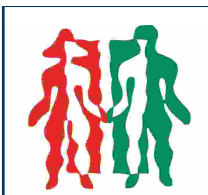
3.

Instalações Desportivas de Uso Público



Licenciamento			
Regime	Fases	Obrigatoriedade de Participação da Autoridade de Saúde	
Licenciamento de Obras Particulares Art. 8.º	Parecer para emissão de licença ou autorização de construção	Não tem	
	Vistoria para emissão de licença funcionamento	Tem	•Artigo 15.º, n.º 3, do Decreto Lei n.º 317/97 de 25 de Novembro.
	Fiscalização	Não tem	

Fonte: Decreto Lei n.º 317/97 de 25 de Novembro



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.

Campos de Férias



Licenciamento		
Regime	Obrigatoriedade de Participação da Autoridade de Saúde	
Parecer para emissão de licença	Não tem	
Vistoria	Tem	•Artigo 29.º, n.º 1, do Decreto Lei n.º 304/2003 de 9 de Dezembro.
Fiscalização	Tem	•Artigo 24.º do Decreto Lei n.º 304/2003 de 9 de Dezembro.

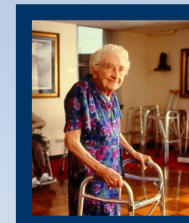
Fonte: Decreto Lei n.º 304/2003 de 9 de Dezembro



PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.



Estabelecimentos de Apoio Social

Licenciamento			
Regime	Fases	Obrigatoriedade de Participação da Autoridade de Saúde	
Licenciamento de Obras Particulares Art.º 6.º	Parecer para emissão de licença de construção	Tem	•Artigo 7.º, n.º 2 e artigo 8.º, n.º 3, do Decreto Lei n.º 64/2007 de 14 de Março.
	Vistoria para emissão de licença ou autorização de utilização	Tem	•Artigo 9.º, n.º 2, alínea c), do Decreto Lei n.º 64/2007 de 14 de Março.
	Licença de Funcionamento	Não tem	
	Fiscalização	Tem	•Artigo 33.º do Decreto Lei n.º 64/2007 de 14 de Março.

Fonte: Decreto Lei n.º 64/2007 de 14 de Março

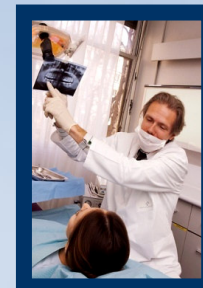


PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE

3.

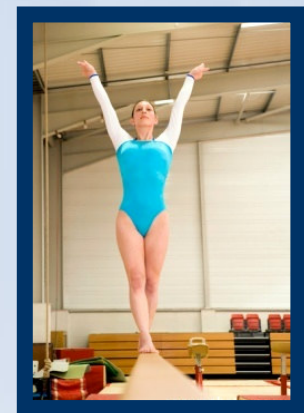
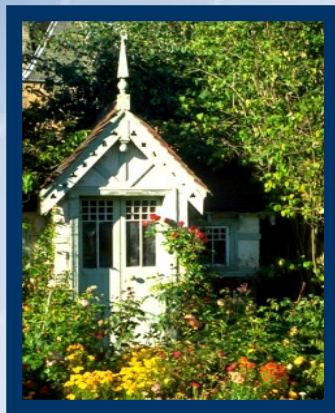
Unidades Privadas de Saúde



Emissão de Certificado Higio-Sanitário

Atestar as condições higio-sanitárias da unidade.

(art.º 6.º)



Muito
Obrigada

Carla Dias Ramos